



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

### SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 2.926, DE 2024

Institui o Programa Nacional de Tecnologia Assistiva para Pessoas Idosas, com o objetivo de fornecer tecnologias que auxiliem pessoas idosas com limitações física, mental, intelectual ou sensorial, melhorando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Tecnologia Assistiva para Pessoas Idosas, adiante denominado "Programa", que fornece tecnologias assistivas a pessoas idosas com o objetivo de promover sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por tecnologia assistiva produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa idosa, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Art. 3º Além das pessoas idosas com mobilidade reduzida, o Programa destina-se a quaisquer pessoas idosas com limitações física, mental, intelectual ou sensorial, que comprometam sua autonomia e capacidade de realizar atividades diárias sem assistência.

Art. 4º São diretrizes do Programa:

- I - identificação e avaliação das necessidades individuais de cada pessoa idosa beneficiada;
- II - fornecimento de dispositivos e soluções de tecnologia assistiva adequados às necessidades identificadas;



III - reabilitação da pessoa idosa e treinamento de seus cuidadores no uso eficaz das tecnologias assistivas;

IV - monitoramento e avaliação contínua da eficácia das tecnologias fornecidas.

Parágrafo único. As iniciativas no âmbito do Programa estarão articuladas aos estudos e pesquisas previstos nos incisos VI e VII do art. 28 da Lei nº 13.146/2015.

Art. 5º O financiamento do Programa será assegurado por:

I - dotações orçamentárias específicas da União;

II - parcerias com entidades privadas e organizações não governamentais;

III - contribuições de programas internacionais de apoio à terceira idade.

Parágrafo único. As ações no âmbito do Programa serão contempladas pelas medidas previstas no art. 75 da Lei nº 13.146/2015

Art. 6º O Programa será gerido pelo Governo Federal, através de Conselho Gestor.

§1º Participarão do Conselho Gestor, entre outros, representantes de ministérios relacionados aos temas da saúde e da ciência e tecnologia.

§2º Os conselhos nacionais da pessoa idosa e da pessoa com deficiência terão assento no Conselho Gestor.

§3º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor.

Art. 7º Serão promovidos programas de capacitação para profissionais de saúde e tecnologia, visando garantir um atendimento qualificado e atualizado sobre as novas tecnologias assistivas disponíveis no mercado.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 2024.

**Deputado PEDRO AIHARA**  
**Presidente**

